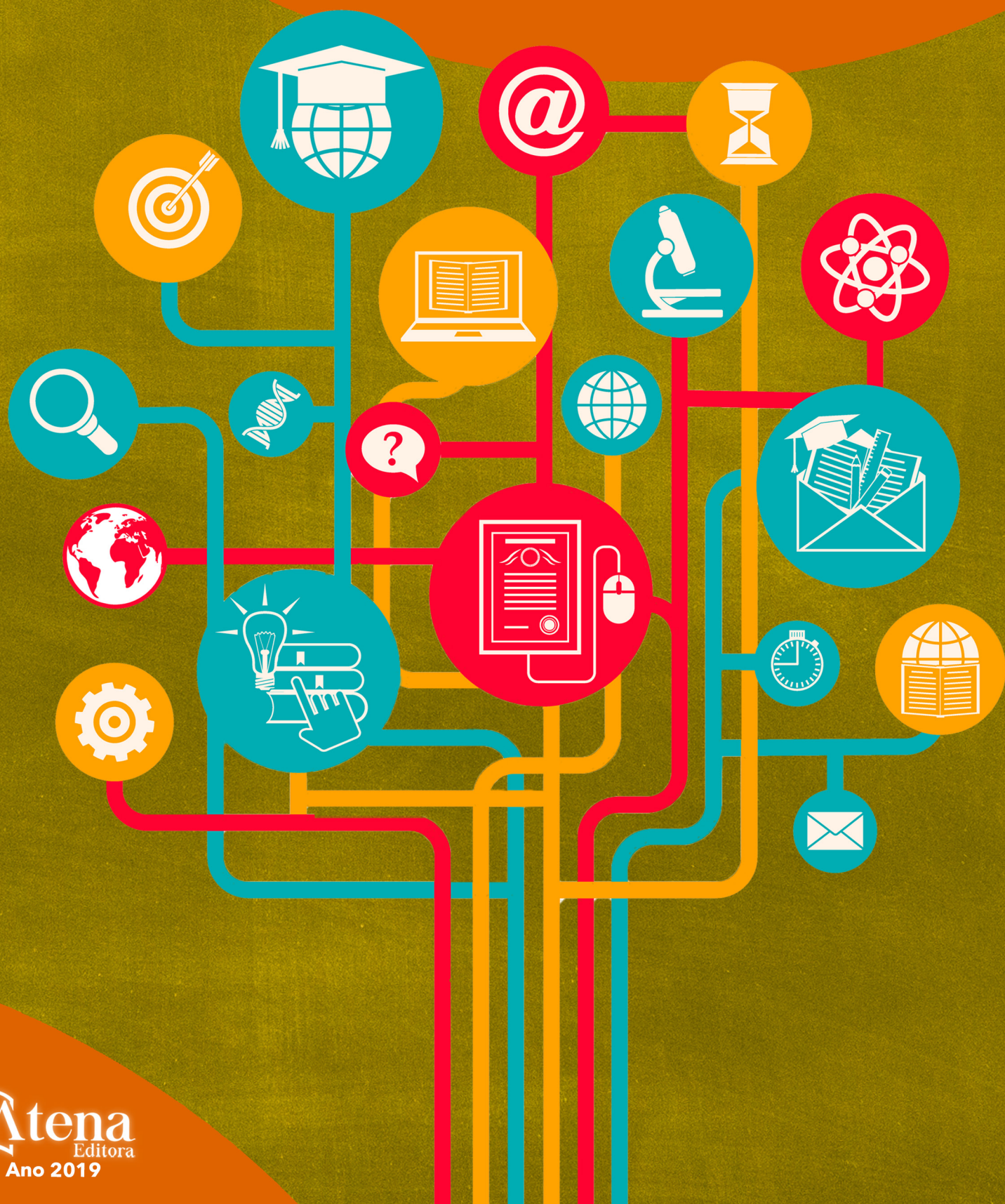


Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

# A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 2



Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços,  
Limites e Contradições 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	<p>A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições 2 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-480-1 DOI 10.22533/at.ed.801191107</p> <p>1. Educação. 2. Sociedade. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra “A educação no Brasil e no mundo Avanços, Limites e Contradições” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

De acordo com Feldmann e D’Água (2009, p. 196), “mudar o tempo e o espaço da escola é inserir-se numa perspectiva de mudança das estruturas sociais, tendo como horizonte de possibilidades a transformação de uma sociedade injusta e excludente, em uma sociedade mais igualitária e incluyente”. Mudar nesse sentido, talvez signifique reconhecer que nos espaços escolares é a diferença que faz os seres humanos iguais, ou que pela equidade temos o direito de ser diferentes.

Assim, na atualidade, a escola enquanto instituição social responsável pela aquisição do saber, principalmente, o sistematizado, deve repensar suas práticas, na tentativa de embasar-se numa perspectiva científica para desenvolver uma gama de projetos, mesmo com as dificuldades de materiais e dos profissionais.

As responsabilidades da escola vão além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa árdua, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional, contribuindo assim para melhoria da sociedade em questão. Como afirma Torres (2008, p. 29): uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania vivendo como profissional e cidadão. O que quer dizer que, a escola tem como função social democratizar conhecimentos e formar cidadãos participativos e atuantes.

O Estado deve garantir o acesso à educação a todas as pessoas, sem discriminação, respeitar e valorizar a docência, assegurar formação continuada e condições de trabalho satisfatórias. E mais: as liberdades de expressão de ensinar e de aprender, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas que devem se conjugar com as necessidades específicas dos diferentes públicos da educação, contempladas segundo a perspectiva inclusiva e laica, permitindo que a escola se adeque às necessidades e corresponda às realidades de seus estudantes. A qualidade da educação envolve cada um desses critérios e, implica um empenho à favor da promoção da equidade e da diversidade, bem como, o enfrentamento a toda forma de preconceito e discriminação.

Gabriella Rossetti Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
IMPACTOS GERADOS PELA CONSTRUÇÃO CIVIL: O TEMA SUSTENTABILIDADE GANHA MAIS RELEVÂNCIA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO	
Dalva Olivia Azambuja Ferrari	
DOI 10.22533/at.ed.8011911071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
MEMÓRIA E DIVULGAÇÃO: AÇÕES EDUCACIONAIS DA CASA DA CIÊNCIA DO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO NA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	
Fernando Rossi Trigo	
Flávia Fulukava do Prado	
André Peticarrari	
Marisa Ramos Barbieri	
DOI 10.22533/at.ed.8011911072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
METODOLOGIAS ATIVAS: AS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS FRENTE AOS PROBLEMAS DE GESTÃO	
Wagner Cardoso Silva	
Ana Cristina Mende Muchon	
Daniela Vasconcelos Cardoso de Assunção	
Evelyne Lopes Ferreira	
Fabricia Candida Aparecida de Paula Raggi	
DOI 10.22533/at.ed.8011911073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>44</b>
INTERDISCIPLINARIDADE E INOVAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO EDUCACIONAL - UM CASO PRÁTICO	
João Leandro Cássio de Oliveira	
João Francisco Sarno Carvalho	
Carla Soares Godinho	
DOI 10.22533/at.ed.8011911074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>58</b>
MUSEU FAMILIAR E O PAPEL DA GUARDIÃ DE OBJETOS E MEMÓRIAS	
Frantieska Huszar Schneid	
Francisca Ferreira Michelin	
DOI 10.22533/at.ed.8011911075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>70</b>
NOSSOS DIAS: EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE	
Leonardo da Silva Cezarini	
DOI 10.22533/at.ed.8011911076	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>81</b>
O PROCESSO EXCLUDENTE QUE PROVOCA A EVASÃO ESCOLAR DE HOMENS E MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS	
Erikah Pinto Souza	
Jarles Lopes de Medeiros	
Alexsandra dos Santos Barbosa	
Marcos Adriano Barbosa de Novaes	
Johnantan Santiago Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8011911077</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>92</b>
O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO AUXÍLIO DO LETRAMENTO E COMUNICAÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO DE GRAU LEVE DE DOIS A SETE ANOS	
Franklin Façanha da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8011911078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>104</b>
POLÍTICAS E DIREITO DOS IDOSOS NA AGENDA SOCIAL BRASILEIRA	
Gisele Pasquini Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8011911079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>123</b>
POR UMA PRAXIS EM PSICOLOGIA ESCOLAR HUMANISTA: DIALOGANDO COM PAULO FREIRE	
Evely Najjar Capdeville	
Sônia dos Santos Osvaldo Peixoto Leite	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>133</b>
PRÁTICAS NA METODOLOGIA DE ENSINO DE BIOLOGIA – UMA PROPOSTA PARA AUXILIAR O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Larissa Gonzaga Ferreira	
Silvia Dias da Costa Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>139</b>
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E A LEI 11645/2008	
Cristiane Bartz de Ávila	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>150</b>
PRESSUPOSTOS LIBERAIS, REFORMA DO ESTADO (1995) E A GESTÃO ESCOLAR	
Gislaine Buraki	
Kathelyn Kalyna Belli	
Suzanete Aparecida de Freitas Vaz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110713</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>160</b>
REFLEXÕES SOBRE O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Patricia Fortuna Wanderley Prazeres Andrea Berenblum	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
REINVENÇÃO DE PAULO FREIRE NA FORMAÇÃO PERMANENTE DE EDUCADORES EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES	
Débora Monteiro do Amaral Valter Martins Giovedi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Maria Aparecida Rodrigues Rocha Rayane da Cruz Silva Simone Regina Silva d`Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>184</b>
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: UMA APROXIMAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	
Lina Maria Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>195</b>
SUBJETIVIDADES DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETOS DE EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA DA REVISTA ELO	
Patricia Muratori de Lima e Silva Negrão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>208</b>
UMA INTERVENÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL EM CRIANÇAS COM HISTÓRICO DE FRACASSO ESCOLAR	
Quezia Crispa Isnardi Silvia Nara Siqueira Pinheiro Leticia Soares Leite Karen Pereira da Motta Livia Magalhães Vidinha Mariana Souza de Oliveira Milene Bohm	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>217</b>
USE OF CONCEPT MAPS AS A STRATEGY FOR TEACHING-LEARNING AND ASSESSMENT TOOL IN GEOGRAPHY LESSONS	
Márcio Aurélio Carvalho de Moraes Francisco Willians Makoto Plácido Hirano Tatiana de Sousa Araújo Gustavo de Castro Nery	
<b>DOI 10.22533/at.ed.80119110720</b>	





## PRESSUPOSTOS LIBERAIS, REFORMA DO ESTADO (1995) E A GESTÃO ESCOLAR

### **Gislaine Buraki**

Mestre em Educação, PPGE UNIOESTE,  
Professora da Rede Pública Municipal de  
Cascavel, e-mail: gislaineburaki21@gmail.com.

### **Kathelyn Kalyna Belli**

Mestranda em Educação, PPGE UNIOESTE,  
Professora da Rede Pública Municipal de  
Cascavel, e-mail: kathe\_lyn@hotmail.com.

### **Suzanete Aparecida de Freitas Vaz**

Mestre em Educação, PPGE UNIOESTE,  
Professora da Rede Pública Municipal de  
Cascavel, e-mail: suzycamargo@hotmail.com.

**RESUMO:** O atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas demonstram os impactos do trabalho sobre o processo de acumulação do capital, no qual a extração da mais valia e os processos de internacionalização da economia atuam sobre o Estado, solicitando um novo redimensionamento de suas atribuições, de modo que, contribuam com a superação das crises econômicas, políticas, produtivas dos anos de 1929 e 1970, as quais segundo os pressupostos liberais foram advindas da “ineficiência” do Estado, entretanto reveladas por Marx e Engels como crises advindas do modo de produção, pela acumulação e expansão do capital. Desta forma, a ideologia liberal apresentou a necessidade de intervenção sobre o Estado. No Brasil, os Ministérios da Administração

Federal e Reforma do Estado (MARE), em 1995, para apresentarem o Plano Diretor da Reforma do Estado. O referido documento corresponde ao processo de eficiência da máquina governamental, solucionando a tributação, política fiscal e ociosidade dos serviços públicos, atendendo as exigências dos organismos internacionais. O Plano de Reforma do Estado apresentou alterações significativas nas atribuições do Estado no âmbito das políticas sociais, em especial, sobre a educação, na qual evidenciamos ajustes estruturais sob a administração escolar voltada as competências, eficiência e eficácia e a função do Estado enquanto avaliador. Assim, a reorganização da administração escolar passa a ser organizada enquanto “gestão escolar”, amparada pelos princípios liberais do “Estado Mínimo”. A gestão escolar passa a direcionar a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões, compartilhando responsabilidades, que até então eram apenas do Estado. Desta forma, o presente trabalho, a partir do referencial bibliográfico apresentaremos a Reforma do Estado e as alterações nas atribuições do Estado e nas Políticas Sociais, e conseqüentemente no âmbito educacional na gestão escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Liberalismo; Reforma do Estado; Gestão Educacional.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a compreensão do Estado e das Políticas Sociais frente ao processo de redemocratização nos anos de 1980 no Brasil, bem como seu relacionamento com a ideologia liberal, afirmando um processo de regulamentações internacionais que perpassam ao sistema educacional e conseqüentemente a redefinição da atuação do diretor escolar.

Fato este, demonstra pelas crises cíclicas e estruturais o surgimento de movimentos sociais que reivindicavam uma nova ordem social, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as lutas se enfraquecem voltando-se apenas para as lutas por direitos definidos na Constituição.

Apresentaremos a concepção do Estado e políticas sociais frente ao liberalismo, necessário para a compreensão da redemocratização que ocorreu no Brasil e da Reforma do Estado de 1995, que contribuiu para analisar as alterações nas atribuições do diretor escolar.

## ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E A REFORMA DO ESTADO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O Estado não é uma forma imposta pela sociedade ou favorecimento de uma determinada classe social sobre a outra, compreendemos o Estado enquanto produto social de uma determinada sociedade em desenvolvimento, atuando sobre os antagonismos inconciliáveis entre as classes (LENINE, 1917, s/p.). Para Engels,

O Estado não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade e tão pouco é “a realidade da ideia ética”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, essas classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não se consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque a mantê-lo dentro dos limites da “ordem” (ENGELS, 2012, p. 160).

Engels apresenta o Estado como necessário no poder acima da sociedade, enquanto máquina governamental na realização da ordem dentro da sociedade, o qual surgiu do sufrágio universal<sup>1</sup>.

Nesta perspectiva, o Estado se posiciona na correlação de forças, enquanto aparato jurídico, militar e ideológico de modo coercitivo, sendo o “mediador” dos interesses e conflitos, realizando as “ordens do capital” (FALEIROS, 2009).

---

1. Segundo Lenine apud Engels (1917) o sufrágio universal é definido como instrumento de dominação da burguesia, com a falsa concepção de um “Estado” para manter a vontade dos trabalhadores, os autores apresentam que o Estado não existiu sempre, mas enquanto necessidade e consequência da divisão de classes e do desenvolvimento da produção.

Com base nos embates e conflitos do sistema capitalista, as políticas sociais expressam as reivindicações da classe proletária, entretanto o Estado atua enquanto organizador e regulamentador, seguindo ao atendimento de uma parte das necessidades, garantindo o processo de exploração e acumulação do capital (VIEIRA, 1992, p. 23).

Assim, apresentam-se as políticas sociais como interlocução do diálogo com o capital, não são funcionais aos problemas sociais devido a ausência da sua universalização e da legitimação da reprodução, operando apenas no limite das “questões sociais” e na visão liberal da proteção, partilha e arbitragem, embora na prática a mesma evidencia-se de forma focalizada e fragmentada, contribuindo para a reprodução da desigualdade social e da culpabilização do sujeito.

No Brasil, as transformações econômicas, desencadearam o Estado de Direito fundamentado em uma constituição da nação, no qual o governo atua enquanto a direção do Estado, realizando as políticas sociais enquanto estratégias governamentais (VIEIRA, 2001).

O Estado democrático apresenta-se enquanto liberdade e igualdade formal para todos os sujeitos da sociedade, amparados pela Constituição da República do Brasil, promulgada em 1988, entretanto apesar da competência jurídica, dos direitos e liberdade, o domínio da acumulação permanece e a democracia apenas orienta a troca e a circulação de mercadorias.

Ao longo dos anos, decorrente dos novos anseios internacionais do capital financeiro, a sociedade brasileira passou por transformações com a substituição da manufatura pela produção em série, a qual possui a administração voltada para a eficiência sob a regulação Taylorista/Fordista<sup>2</sup>, bem como para a racionalização do trabalho e formação de sujeitos capacitados para atuar nas empresas e indústrias.

A burguesia, pela exploração do mercado mundial, conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou à indústria a base nacional em que esta assentava. As velhas industriais nacionais foram aniquiladas e continuam a sê-lo dia-a-dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas – indústrias que já não utilizam matérias primas nacionais, mas sim oriundas das regiões mais afastadas, e cujo produtos se consomem simultaneamente tanto no próprio país como em todos os continentes (MARX, 1998, p. 9).

Com a implantação das indústrias, a produção realizada em larga escala passa a ser objetivada pelas nações civilizadas, sendo a burguesia a governante do Estado, vivenciando o impacto do capitalismo e da acumulação do mercado financeiro mundial.

Em 1970, com a crise e o impacto da imensa produção desenfreada, ocorreu a especialização flexível como tentativa de colocar produtos mais variados no mercado.

---

2. O Taylorismo e o Fordismo caracterizam-se como a nova organização do trabalho, em que é proposta a padronização nas fábricas e indústrias, aperfeiçoando o sistema de produção e busca pela racionalização deste processo (BATISTA, “Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades”, disponível em [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika\\_batista.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf), acesso em ago./16).

Tanto a crise de 1929, como a de 1970<sup>3</sup> são apresentadas na visão liberal como crises do Estado, apontando para sua ineficiência e organização, haja visto que ocorre devido ao processo da produção para o acúmulo do capital financeiro pelas indústrias.

A concentração do capital é realizada para assegurar a hegemonia financeira dos países centrais, embora a crise seja cíclica e estrutural do próprio capital, não sendo condizente, apenas com as atribuições do Estado de bem-estar social.

Decorrente da crise da década de 70, do sistema produtivo, a produção em massa realizada pelo modelo “toyotista”, passou para a nova orientação de produção do mercado “globalizado”, com flexibilidade, inovação e competitividade, com rigoroso controle de produção.

Assim, os últimos anos do século XX, apresentava-se a globalização e a ideologia liberal<sup>4</sup>, assumindo os mercados voltados ao âmbito comercial, produtivo e financeiro, estabelecendo uma relação com o governo enquanto árbitro e apresentando a regulamentação financeira, eliminando as barreiras no desenvolvimento e abertura das economias.

Com o advento da globalização, a escola passa a assumir a exigência de formar cidadãos múltiplos, com flexibilidade e aperfeiçoamento contínuo, sendo necessário que cada sociedade invista em “capital humano”.

O conceito de capital humano ou, mais extensivamente, de recursos humanos, busca traduzir o montante de investimentos que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e renda (FRIGOTTO, 1994, p. 40-41).

Este autor destaca ainda que o investimento no conjunto de capacidades de conhecimentos e competências favorece a realização do trabalho no aumento da produção econômica, motivando o governo e as instâncias internacionais a determinarem as metas para a democratização e a melhoria da qualidade da educação básica voltada para a reprodução do sistema (FRIGOTTO, 1994).

Assim, a produtividade e a concentração de renda fortalecem a divisão de classes antagônicas, as quais sob as relações capitalistas geram o desemprego e a desigualdade social, estando a escola pública atrelada a estes fatores e entre as expectativas de retorno para a sociedade.

Neste intuito, a ideologia liberal apresenta o desenvolvimento do mercado financeiro enquanto forma natural e a liberação no processo de concorrência mundial

---

3. Segundo Xavier “[...] do ponto de vista econômico, o Brasil sofreu as consequências da crise internacional de 1929, manifestação inequívoca da fase crítica para que passava a economia capitalista mundial, que exigia a sua rearticulação”, bem como a necessidade da redefinição do papel da ação do Estado brasileiro que assumiu “o papel de principal instrumento de acumulação capitalista” (1990, p. 37). Vale ressaltar que ambas as crises relacionam-se ao processo de acumulação da produção e ao mercado mundial, frente a monopolização do mercado.

4. Tomamos o liberalismo enquanto ideologia não estática e linear, partindo do pressuposto de que ele modifica-se de acordo com as peculiaridades e relações sociais que constituem em um dado momento e localidade. Compreendemos o liberalismo e o neoliberalismo enquanto a mesma ideologia orientada pelos mesmos princípios: “despolitização dos mercados e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados [...] a defesa intransigente do individualismo” (FIORI, 1997, p. 202)

e nacional, apresenta relações com as reformas educacionais.

O liberalismo apresenta-se por meio das diretrizes e estratégias preconizadas por organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial - BM) que pretendem uma reestruturação econômica, política e social, realizando a crítica ao modelo do Estado enquanto bem-estar social.

Na visão do Banco Mundial, segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1997, apresenta a necessidade do Estado eficiente sobre o mercado financeiro, apontando que o mesmo deve ajustar a capacidade produtiva, aproveitando as vantagens dos mercados privados e do setor voluntário.

Com demonstra este Relatório, a compreensão do papel desempenhado pelo Estado nesse contexto – por exemplo, a sua capacidade de aplicar a lei para apoiar as transações do mercado – será essencial para leva-lo a contribuir de maneira eficaz para o desenvolvimento [...] Primeiro, focalizar as atividades do Estado para ajustá-las à sua capacidade. Muitos Estados procuram fazer demais com poucos recursos e reduzida capacidade. Levar os governos a se concentrarem mais nas atividades públicas que são cruciais para o desenvolvimento aumentará a sua eficiência. Segundo, buscar meios de melhorar a capacidade do Estado mediante o revigoramento das instituições públicas (BANCO MUNDIAL, 1997, prefácio).

Para tanto, percebe-se o processo de acumulação flexível e o papel de um estado interventor mínimo no que se refere ao acesso universal dos sujeitos a todos os serviços, ocasionando um serviço de favores e vantagens, no qual o retorno deve estar aliado ao processo de acumulação financeira, embora a legitimação e a correlação de forças, nos períodos de crise demonstrem a desigualdade entre as classes e o trabalho enquanto processo de produção das riquezas.

Percebemos que, os anos de 1970 foram marcados pelos pressupostos da ideologia liberal, perfazendo o direcionamento da política educacional voltada ao tecnicismo, relacionadas ao papel do diretor que apresentava relações centralizadas de poder sobre os pressupostos de práticas administrativas das empresas e do processo econômico vigente.

Neste período a atribuição do Diretor Escolar possuía o papel de maior responsabilidade e importância. Já a administração escolar da época pode ser comparada a administração realizada nas empresas, as quais buscavam promover a obtenção de lucro, eficácia e racionalização de recursos, sendo que ambas: escolas e empresas possuíam atividades fragmentadas e voltadas à manutenção da sociedade capitalista.

Conforme apontou Viriato e Cêa, percebe-se que a administração escolar e sua organização em gestão correspondem ao momento histórico e aos embates da própria sociedade. Assim as autoras afirmam que:

A organização e a gestão da escola se efetivam, assim, a partir das políticas educacionais, representadas pelas teorias e tendências educacionais de um determinado período histórico, as quais também são determinadas pela estrutura econômica, social e política de cada momento histórico (VIRIATO; CÊA, 2008, p. 118).

Decorrente das novas necessidades do capital, neste período a atribuição de Diretor Escolar corresponde ao processo de administração escolar que era realizado nas empresas, caracterizando-se com a eficiência e eficácia do sistema produtivo.

Contudo os receituários liberais e as necessidades mundiais apontavam para a organização do Estado ineficiente, sendo necessário um “estado efetivo”<sup>5</sup>, na qual ocorreu as reformas para reestruturação do poder que o Estado deveria exercer no setor econômico.

Em 1995, é apresentado o Plano Diretor da Reforma do Estado pelos Ministérios da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). O referido documento corresponde ao processo de eficiência da máquina governamental, solucionando a tributação, política fiscal e ociosidade dos serviços públicos.

Segundo a Reforma do Estado é necessário eficiência as demandas do mercado e flexibilizando a ação estatal, embora permaneça enquanto personificação da ordem jurídica, apresentando o sistema público como ineficiente frente as demandas do capital financeiro e a qualidade dos serviços aos cidadãos, segundo os teóricos liberais, a crise é oriunda do estado de bem-estar social, sendo necessário a reforma para contribuir na sua ressignificação.

A justificativa para a saída das crises de ordem econômica e a democratização do Estado, seria a reforma do estado, a qual possui a finalidade de introduzir por meio do cenário econômico internacional em vários países, apresentando-se enquanto reforma fiscal para o enxugamento de gastos e o controle da tributação brasileira.

Nesta perspectiva, o Estado passaria a atuar sobre o mínimo, enquanto “Estado Gestor”, no qual redefine seu papel no viés moderno, sem alterar as regulamentações sobre a acumulação do capital e reprodução do trabalho, mas atuando sobre o mínimo nas políticas sociais.

A Reforma do Estado apresenta sua relação com o Consenso de Washington<sup>6</sup> pela “regulamentação do campo social de acordo com uma ordem econômica globalizada. Todavia, a eficiência das reformas ficou na dependência da adequação dos agentes governamentais à autoridade técnica e política das instituições financeiras internacionais” (GANDINI; RISCAL, 2002, p. 45).

Frente à mundialização do capital internacional, o Estado passa a atuar como regulador e organizador do modo de produção capitalista, mantendo o processo de acumulação e reorganizando o espaço público, contribuindo para os setores privados.

Neste sentido, o Estado atuaria com autonomia financeira para a redefinição do

---

5. Segundo o Relatório do Banco Mundial “sem um Estado efetivo, é impossível o desenvolvimento sustentável, tanto econômico quanto social”, sendo necessários os ajustes estruturais que contemplem “melhorar sua capacidade na gestão de recursos”, para que o mesmo atue o mínimo necessário em questões que não apresentem o retorno ao mercado econômico (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 3).

6. Segundo Williamson, o Consenso de Washington foi criado na década de 80, como um conjunto de ideias em favor da economia de mercado para realizar uma reforma política do Estado, seus princípios podem ser resumidos em: disciplina fiscal; prioridades dos gastos públicos; reforma fiscal; liberalização de financiamento; taxa de câmbio; liberalização do comércio; investimento externo direto; privatização; desregulamentação e direito de propriedade (WILLIAMSON, 1992).

Estado acompanhando a reorganização das políticas sociais e colocando os problemas sociais como “problema fiscal”, sendo necessário o desenvolvimento de estratégias para promover o gerenciamento dos recursos de forma eficiente e eficaz.

No processo de materialização das reformas e ajustes econômicos, certas classes, como banqueiros, empresas multinacionais, etc., contribuem enquanto condicionantes nos ajustes do sistema educacional e da reforma da gestão escolar (ZANARDINI, 2002).

Neste processo, a administração pública passa a ser redimensionada “gerencial” para acompanhar a reforma do Estado, segundo Zanardini:

A administração pública gerencial seria, portanto, o modelo administrativo que deveria acompanhar, de modo eficiente, a continuidade do processo de democratização desencadeado a partir de um movimento de oposição ao autoritarismo, à repressão e à centralização que imperavam no contexto da ditadura militar, materializando-se em políticas implementadas pelo neoliberalismo, através dos mecanismos de descentralização, autonomia e controle de resultados, que cultuem a eficiência mercadológica, não apenas no que diz respeito aos aspectos técnicos que orientam a qualidade e a produtividade, mas também no que diz respeito às orientações políticas e ideológicas que constituem o mercado (ZANARDINI, 2008, p. 138).

Para tanto, a Reformas de Estado apresenta a proposição de ajustes estruturais relacionados a sua atuação ao mínimo em políticas sociais e voltado a capacidade de funcionalidade e organização do mercado econômico financeiro mundial, conforme apresentado pelo Relatório do Banco Mundial.

Conforme proposto no Plano de Reforma do Estado, as alterações na administração pública realçaram significativas modificações na organização da direção/gestão escolar, em relação às categorias: descentralização de recursos, democratização e participação da comunidade escolar e a autonomia para a gestão dos recursos próprios ou provenientes do Estado.

A educação e a produtividade passam a possuir relação direta, pois os conhecimentos adquiridos na escola possibilitariam os avanços necessários do capital, conforme apontou o documento Prioridades e Estratégias para a Educação, elaborado pelo Banco Mundial em 1995.

Neste intuito, o Banco Mundial remete-se ao processo de reorganização da gestão escolar e sua correspondência ao processo democrático, observa-se algumas fragilidades e contradições frente ao estado liberal relacionado a atuação dos órgãos colegiados nas categorias: descentralização, participação e autonomia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À guisa de conclusão, observamos ao longo do trabalho a internacionalização do mercado econômico e suas consequências para a reestruturação da atuação do Estado, amparado pelas regulamentações dos organismos internacionais.

Os embates realizados pelos movimentos sociais a partir da década de 1970,



relacionavam-se a luta pela transformação da sociedade, em prol do benefício de todos. Entretanto com a promulgação da Constituinte, a democracia passou a ser amparada pelos pressupostos conservadores e liberais em favor de “direitos constitucionais”, garantindo a “igualdade na forma da lei”.

A intervenção do Estado Mínimo com pressupostos liberais apresenta limitações frente ao avanço das desigualdades na sociedade, no qual o Estado age em favor da “conciliação entre as classes sociais”, o que não ocorrerá na prática, enquanto o sistema de acumulação do capital permanecer aliado as classes dominantes e aos pressupostos da mais valia.

Para tanto, com a Reforma do Estado em 1995, verificamos que ocorre o redirecionamento das políticas sociais para a eficiência e eficácia em um sistema extremamente desigual e oriundo das regulamentações do Banco Mundial.

A educação compreendida enquanto política social passou a ser alvo privilegiado das reformas educacionais, com ênfase nos valores democráticos e participativos, no qual o Estado legitima-se com valores de excelência, competitividade, eficácia, livre escolha do mercado e associados aos organismos internacionais.

A administração escolar realizada até então sob a lógica do mercado econômico, passa por novas regulamentações que ocasionaram a alteração da nomenclatura para “gestão escolar”, aproximando a comunidade escolar na tomada de decisões e no compartilhando responsabilidades, que até então eram apenas do Estado.

Para tanto observamos, que o processo de “participação, autonomia e descentralização” ocorrem na medida em que o Estado apresenta suas transformações relacionadas às políticas sociais, ressaltando a necessidade do compartilhamento com a sociedade de suas responsabilidades, evidenciamos assim, o processo de desconcentração, no qual a “implementação”, passou a ser realizada pela comunidade no âmbito educacional e as “definições e normatizações” permanecem concentradas nos órgãos que realizam as definições pautadas nas orientações da eficiência e eficácia do Banco Mundial.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Cláudia Letícia de Castro do; KEHLER, Gabriel dos Santos; FERREIRA, Liliana Soares. **Implicações da gestão educacional democrática no trabalho dos professores**. In: DEITOS, Roberto Antonio (org.). Políticas educacionais: um exame de proposições e reformas educacionais. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012 (p. 263-290).

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial – O Estado num mundo em transformação**. Indicadores Seleccionados do Desenvolvimento Mundial, 1997.

BRASIL, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, novembro de 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa Brasileira**, 1988.

CARVALHO, E. J. G. **Autonomia da Gestão Escolar: democratização e privatização, duas faces de uma mesma moeda**. Tese (doutorado). Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba, 2005.

CARVALHO, E. J. G. Reestruturação produtiva, reforma administrativa do Estado e gestão da educação. In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas – SP, v. 30, n. 109, p. 1139-1166 – set. dez., 2009.

DEITOS, Roberto Antonio. Estado, Organismos Internacionais e políticas sociais no Brasil. In: CHAVES, Marta, SETOGUTI, Ruth Izumi, VOLSI, Maria Eunice França (org.). **A função social da escola: das políticas públicas às práticas pedagógicas**. Maringá, PR: Eduem, 2011. p. 121-150.

DEITOS, Roberto Antonio. **O liberalismo social-democrata e a reforma do Estado brasileiro (1995-2002)**. In: Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação. UFSC. Florianópolis, SC: Editora da UFSC: NUP/CED, v. 30, n. 1, p. 199-229, jan./abr; 2012.

DEITOS, Roberto Antonio; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago; ZANARDINI, Isaura Monica Souza (org.). **Educação, políticas sociais e Estado no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FALEIROS, Vicente de Paula. As funções da política social no capitalismo. In: FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 2009 – 12ª Edição (páginas 46 – 84).

FRIGOTTO, G. **Os delírios da razão: cri se do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: Pedagogia da Exclusão. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

FRIGOTTO. In: Revista da III Conferência Estadual de Educação. APP/ Sindicato. Estado do Paraná, 2002.p.22.

LENINE, V. I. **O Estado e a Revolução. 1917**. Fonte: The marxists internet archive. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/oestadoearevolucao.pdf>. Acesso em março de 2016.

LIMA, A. B.; VIRIATO, E.O.; ZANARDI, M.S. **A implantação da gestão compartilhada no Estado do Paraná**. In: Estado e Políticas Sociais. Brasil-Paraná. Cascavel: EDUNOESTE, 2003.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K; ENGELS; Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista - 1983**. Prólogo de José Paulo Netto - São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I Tomo 2 – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NETTO, J. P. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G. e RIZZOTTO, M. L. F. (orgs.) **Estado e Políticas Sociais: BRASIL – Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da administração pública burocrática à gerencial**. In: Luiz Carlos Bresser, e SPINK, Peter (org.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

VIEIRA, E. Estado e política social na década de 1990. In: NOGUEIRA, F. M. G. (org.) **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

VIEIRA, E. **Política Econômica e Política Social**. In: VIEIRA, E. Democracia e Política Social. São Paulo: Cortez, 1992.

ZANARDINI, Isaura Monica de Souza. **A gestão compartilhada implementada no Estado do Paraná e as orientações do Banco Mundial (1995-2000)**. (Dissertação de Mestrado). UEM, 2001.

XAVIER, M. E. S. P. e DEITOS, R. A. Estado e política educacional no Brasil. In: DEITOS, R. A. e RODRIGUES, R. M. (orgs.) et alii. **Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais**. 1ª ed. Cascavel, PR: Edunioeste: CAPES: Unioeste/ GPPS/ Unicamp/FE/PRAESA/ HISTEDBR/ LAPPLANE, 2006, 184 p., p. 67-86.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-480-1

